

Alentejo nos alvares do século XXI: de um mundo rural a um mundo urbano, mais universal.

ANTÓNIO MURTEIRA
Engenheiro Técnico Agrário
Editor da Revista Alentejo

1. UMA HISTÓRIA DE MESTIÇAGEM - “TUDO SE TRANSFORMA”

O Alentejo encerra um passado e um presente com traços muito peculiares.

Com exceção feita ao isolamento imposto pela ditadura fascista, ditadura dos grandes grupos económicos desse período, e dos grandes proprietários de terras, (1926-1974), o Alentejo não foi nem é uma ilha isolada.

A região e as populações que a têm habitado, estão em comunicação com outros territórios e outros povos desde há milénios. O *Homo sapiens* terá chegado ao território há cerca de 40 000 anos proveniente da Ásia Central, aonde chegou a partir da África Oriental. Na Gruta do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo, os nossos antepassados do Paleolítico Superior deixaram-nos uma mensagem da sua presença no território que presentemente designamos por Alentejo.

Aqui encontramos uma população com um temperamento e uma cultura marcados pelas grandes migrações humanas e animais, pela geografia, as condições climáticas, os modos de produção, a história.

Encontramos uma história de mestiçagem: as tribos ibéricas, os romanos, os visigodos, os muçulmanos, os Descobrimentos e o longo período colonial. E, no presente, uma história de mestiçagem dos alentejanos com gentes de outras paragens para as quais emigram, de mestiçagem com gentes de outros povos que estão a chegar ao Alentejo: da Europa, de África, do Brasil, da China.

População que no presente se vê confrontada, como no passado romano e muçulmano e durante o período colonial, com a chegada de indivíduos e famílias de outras regiões e de outros países, portadores de novos conhecimentos e de novas culturas.

Os modos de produzir e de comercializar estão a sofrer alterações radicais em todo o mundo, novos conhecimentos e tecnologias aplicam-se à organização da produção e da distribuição, as dimensões dos mercados tomam outras escalas e assumem a escala nacional, regional (União Europeia/Mercado Único) e planetária (a globalização).

Sob este impacto, também no Alentejo, os modos de produção e as formas de comercialização sofrerão, a curto prazo, transformações significativas, algumas das quais começam já a emergir, particularmente nas cidades da região com melhores índices de progresso, ou na organização adoptada para a fileira da vinha e do vinho, em ruptura com o modo de produção latifundista, de capitalismo agrário e da actual grande propriedade subsídio-dependente da Política Agrícola Comum (PAC).

O próprio clima dá sinais de mudança, com impactos que se prevêem acentuados no Sudoeste da Península Ibérica. O aquecimento geral poderá provocar períodos quentes mais acentuados, mais longos e sem chuva, e períodos de chuva ainda mais curtos e concentrados nos meses de Inverno. A confirmar-se este cenário ele terá impactos no conjunto dos ecossistemas básicos da região, (solos, água, floresta, sistemas culturais e de irrigação), impondo a inovação na maneira como fazemos as coisas e utilizamos os recursos; terá impactos, também, na tipologia das habitações e dos centros urbanos, na maneira de nos vestirmos e na dieta alimentar.

A nível mais geral e universal, as alterações em curso no Mundo, incluindo o crescimento demográfico nos Países em Vias de Desenvolvimento e nos grandes países emergentes, como a China, a Índia, o Brasil ou a África do Sul, imporão novas formas de organização política e social, capazes de ultrapassar os impasses das actuais democracias capitalistas, novas formas capazes de responder aos anseios de liberdade e às necessidades vitais dos humanos, em todos os continentes e países.

Como alguém observou um dia, o mundo não pára, tudo se transforma: a Terra continuará a girar à volta do Sol até ao final dos tempos, apesar do desagrado que isso provoca nos poderosos deste mundo e nas religiões. E o Alentejo situa-se no planeta Terra.

2. APROXIMAÇÃO AO TERRITÓRIO - UMA VIAGEM MARAVILHOSA

Território Sul, constitui a mais extensa das regiões continentais e insulares de Portugal. Com 27.323,9 quilómetros quadrados, num todo nacional de 92.151,8 (INE.2001), representa 29,65% do território português - do rio Tejo, a Norte, até às cordilheiras da Serra do Caldeirão, Monchique e Espinhaço de Cão, a Sul; da fronteira com a Estremadura e a Andaluzia espanholas, a Oriente, até ao Atlântico a Ocidente. O extenso litoral alentejano, estende-se por areais e dunas desde a Península de Tróia (a antiga ilha romana de Acála) até à ribeira de Odeceixe (de ressonâncias árabes), com orlas de floresta preenchidas de pinheiro e manchas de montado de sobro e azinho. A meio, o porto intercontinental de Sines e o Complexo Industrial de Sines.

O território é marcado por um conjunto de cursos de água, onde se destacam dois grandes rios ibéricos, o Tejo e o Guadiana, e ainda o Sado, Sorraia, Mira e outros, cujas bacias constituem componentes estruturantes do espaço regional e alimentam um conjunto de barragens e albufeiras – Alqueva, Pedrógão, Alvito, Odivelas, Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara, Campilhas, Fonte Serne, Morgavel, Vale de Gaio, Pego do Altar, Minutos, Divor, Monte Novo, Vigia, Lucefécit, Caia, Póvoa, Belver, Montargil e Maranhão.

Os estuários dos rios, que há oito a sete mil anos terão constituído lugares privilegiados na evolução e sedentarização de «grupos humanos «caçadores - recolectores mesolíticos» e de grupos já neolíticos, sedentários e produtores de alimentos»- *os primeiros agricultores alentejanos* - , assim como os parques e reservas naturais, constituem lugares dilectos de peixes, aves e animais, alguns endémicos, como da flora - de acentuados perfumes mediterrânicos.

Numa viagem de Sul-Oeste para Norte podem percorrer-se o Parque Natural de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha, a Reserva Natural do Estuário do Sado, o Parque Natural da Serra de S. Mamede. Viajando para Sudeste, chegados à aldeia de Juromenha, milenar «sentinela do rio» dos Husun, castelos e atalaias, deparamos com o grande mar interior de água

doce da albufeira de Alqueva, que se estende por 80 quilómetros, até à cidade de Moura.

Descendo o Guadiana, são os lugares dos santuários de arte rupestre paleolítica e de outras expressões desse período que marcaram, e marcam ainda hoje, a nossa cultura, os lugares da velha aldeia da Luz e do romano castelo da Lousada, que repousam agora nas suas sepulturas de água e esquecimento. Atravessamos a nova aldeia da Luz, a mais moderna e luminosa aldeia de Portugal, à procura da sua identidade. Percorridos uns 40 quilómetros, o viajante ou o cientista entra no Parque Natural do Vale do Guadiana e em Mértola, a velha Myrtilis romana, capital de um reino taifa muçulmano, fortaleza dos cavaleiros da Ordem de Santiago, sede de um campo arqueológico, urbe que se bate para renascer das cinzas, cujo porto fluvial é visto como o último porto mediterrânico. Cidade e porto onde chegavam e de onde partiam guerreiros e pregadores, mercadores, artesãos e camponeses, escravos e senhores de escravos, mercadorias dos portos mediterrânicos e das minas e planícies do Alentejo – os minérios, os cereais, o azeite, o vinho. Lugar de mestiçagem de gentes, ideias e culturas.

O interior do Alentejo, os grandes espaços de peneplanície e planície, marcados pela cultura cerealífera e pela criação extensiva de bovinos, ovinos e suínos, onde começa a despontar o verde das culturas regadas e do olival e nos surpreendem as manchas de cor variável da vinha, espaços povoados de montado de sobro e azinho, semeados de cidades, vilas, aldeias e «montes», de tijolo, telha-vã e cal branca, ornamentadas de granitos, ocres e azuis nos rodapés, este interior é o coração da região, o lugar da história e da mitologia, do cante, das batalhas, da identidade.

Política, cultura, mitologia, vivências sociais e espirituais, profanas e religiosas, tipificações económicas, são temperadas e destemperadas por dinâmicas ibéricas, mediterrânicas e atlânticas, pela crescente urbanização do território e, ainda, por uma estrutura fundiária de grande propriedade, improdutiva, que se apropria dos fundos comunitários e, crescentemente, do território rural (coutadas, touros, cavalos) e dos recursos naturais (cortiça), estrutura fundiária que contrasta com o minifúndio dominante a norte do grande rio ibérico e com o tipo de propriedade/exploração na União Europeia.

O Alentejo foi e é terra de contrastes e de utopias, de acalmias agonizantes e de erupções criadoras, como o foram, no nosso tempo histórico, a conquista da liberdade, a reforma agrária e o poder local democrático.

3. A POPULAÇÃO EM MUDANÇA

O Alentejo tem menos população, menos jovens, mais idosos. Chegam e estabelecem-se na região, como residentes ou temporariamente, pessoas de outras regiões do país e de outros países

Nos últimos 50 anos (1950-2001), o Alentejo é sangrado pelo êxodo das populações. Um em cada três alentejanos é obrigado a deixar a sua terra. Abalam para os mais diversos destinos em Portugal e no Mundo.

Na década (1991/2001) a sangria humana não estancou, apesar do investimento público em alguns projectos estruturantes e das centenas de milhões de euros canalizados para assegurarem, fundamentalmente, os rendimentos dos grandes proprietários de terras, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, o Porto Intercontinental de Sines, a construção/modernização da rede rodoviária e ferroviária. A região perdeu 13.609 residentes e viu a população envelhecer.

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO SÉCULO XX (1900-2001)

Fonte: INE (residentes)

NutsIII	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001 (definitivos)
Baixo Alent.	144.265	170.844	175.217	210.146	237.702	246.974	232.896	171.944	158.957	143.020	135.105
Alent. Central	128.842	150.020	155.918	179.036	209.956	221.881	219.916	179.744	180.277	173.216	173.646
Alto Alentejo	126.326	143.823	150.962	165.101	189.044	200.430	188.482	146.668	142.905	134.607	127.026
Alent. Litoral	56.210	69.384	76.898	97.051	120.546	133.262	129.671	99.850	103.141	98.519	99.976
NUT II											
ALENTEJO	455.643	534.071	558.995	651.334	757.248	802.547	770.965	598.206	585.280	549.362	535.753

Nota: Para que seja possível comparar as séries por decénio, adoptou-se a actual nomenclatura territorial das NUTS;

O concelho de Odemira foi subtraído ao Baixo Alentejo e incorporado no Litoral alentejano, em todos os decénios;

A evolução da população, a partir de meados do século XX, como resultado, principalmente, do peso dominante do sub-sistema latifundista, do «capitalismo agrário» e da mecanização, sem diversificação económica significativa e insuficiente investimento produtivo, foi e continua a ser de despovoamento e envelhecimento demográficos.

Nem tão pouco se pode falar em litoralização. Porque o litoral alentejano, tal como o Alentejo interior, também ele é penalizado, perde população nos últimos cinquenta anos e apresenta uma densidade de ocupação do território de nível similar ao das outras sub-regiões alentejanas. Apenas na última década (1991/2002), com o desenvolvimento do turismo e o porto e Complexo de Sines, se nota uma ligeira tendência divergente, com o Alentejo Litoral a registar um pequeno crescimento de mais 1457 residentes (+ 1,48%), e o Alentejo Central a registar, também, um crescimento (próximo da estagnação) de 430 residentes (+ 0,25%), enquanto as outras duas sub-regiões perdem população (Alto Alentejo e Baixo Alentejo).

É significativo que o Alentejo:

-No início do século XXI tenha a mesma população e uma população mais envelhecida do que tinha em 1911, no início do século XX;

- Tenha menos população e uma população mais envelhecida do que tinha em 1920;

-Em meio século (1950-2001) tenha perdido 266.794 habitantes, o que representa a perda de 33,2% da população;

-Na década de 1991/2001, partindo de uma situação já de si de grande fragilidade demográfica e etária, perca 13.609 pessoas (-2,48%). Uma média de 1.134 pessoas por ano. Evolução contrastante com a verificada em todas as outras regiões portuguesas que «registaram um crescimento da população», à excepção da Região Autónoma da Madeira (-3,3%);

No princípio do século XXI, a população residente está reduzida a 535.753 almas que habitam cerca de um terço do território nacional. Uma população que representa 5,17% da população do país e uma densidade de 20 habitantes por quilómetro quadrado, para uma densidade nacional de 112 habitantes por quilómetro quadrado.

“O decréscimo populacional revelado pelos Censos 2001 deve-se, em grande medida, ao saldo natural global negativo verificado no Alentejo durante os últimos dez anos”. “Entre 1991 e 2001 o número de óbitos foi superior ao número de nascimentos ocorridos na Região em cerca de 29.000 pessoas, o equivalente a 5,3% da respectiva população residente em 1991” (INE. Censos de 1991).

A situação só não é mais grave porque o saldo natural negativo é, em parte, atenuado por um saldo migratório positivo na ordem das 14.000 pessoas, o equivalente a 2,5% dos residentes no Alentejo há uma década.

Os imigrantes, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista demográfico, apresentam-se necessários ao Alentejo, como ao país. O que reforça a necessidade da criação de condições que evitem o comportamento miserável de alguns dirigentes políticos de direita, de muitos patrões, e a cumplicidade de alguns serviços, na exploração e condições de vida destes trabalhadores, ou no despontar de ideias e comportamentos racistas. Os Ministérios e Delegações Regionais competentes, na legalização, fiscalização, formação profissional, conhecimento da legislação nacional e comunitária em vigor, aprendizagem da língua e da cultura portuguesas, terão que considerar uma intervenção mais determinada e humanizada, o mesmo se colocando em relação às Autarquias Locais, aos Sindicatos, às organizações regionais e locais dos partidos políticos. Às populações caberá acolher de forma solidária aqueles que escolheram viver e trabalhar no Alentejo.

Só por si, a análise da evolução demográfica no Alentejo mostra que há algo de errado, não conjuntural mas estrutural, que provoca o êxodo da população a partir dos anos cinquenta do século passado e que se mantém, embora com menos intensidade, nos começos do século XXI. Nem sequer precisaríamos de recorrer a outros indicadores para saber que se os trabalhadores, os jovens, as populações, abandonam um determinado território, é porque esse território não lhes oferece as condições necessárias à vida, em primeiro lugar trabalho e estabilidade laboral.

PROJECCÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE

Ano	2000	2005	2010	2015	2020	2025
Pais	10.023.175	10.111.864	10.172.171	10.175.253	10.134.162	10.075.909
Alentejo	511.231	499.072	487.297	474.361	460.706	448.003

Fonte: INE

A manter-se a actual base económica, a insuficiente oferta de emprego, sobretudo para jovens, e a crescente precariedade laboral, os «cenários demográficos» apontam para o prosseguimento do declínio da população: diminuição e envelhecimento.

Daqui a 25 anos o Alentejo poderá ter menos população e uma população mais envelhecida do que tinha em 1900 -há um século.

4. ALTERA-SE O PESO RELATIVO DOS PRINCIPAIS SECTORES ECONÓMICO, CLASSES E CAMADAS SOCIAIS PRESENTES NA REGIÃO

Nos dias em que a Revolução Democrática e Nacional de 1974 liberta o Alentejo, encontramos uma região sob brutal repressão, exausta, empobrecida, com aldeias e vilas sem saneamento básico ou um mínimo de infra-estruturas e equipamentos, com vilas e cidades igualmente atrasadas e sequestradas pelo poder latifundista e fascista.

Predomina então, no plano económico, um sector primário estagnado, de grande propriedade fundiária, assente no protecționismo estatal e na exploração impiedosa dos assalariados agrícolas e, também, embora noutra escala, dos pequenos agricultores.

Era um Alentejo onde se destacavam e combatiam três classes sociais: os assalariados agrícolas, a classe mais numerosa, sem terra e brutalmente explorada pelos grandes proprietários; os pequenos e médios agricultores, com pouca terra; os grandes proprietários, detentores do latifúndio.

A classe dos latifundiários dominava a região através do exercício do poder político, do poder económico e de meios para o exercício da justificação ideológica.

O poder político assentava na repressão exercida através da GNR e da PIDE (policia política da ditadura) e num poder local fantoche. O poder económico assentava na posse da terra, de outros meios de produção e no proteccionismo estatal em matéria de preços, impostos e outras. A pressão ideológica, justificativa e enaltecadora do regime, contava com diversos instrumentos entre os quais a censura, a proibição de imprensa livre e de organização associativa, sindical ou partidária, e o apoio da igreja católica, tendo ficado registada na simbologia da ditadura a parêntese: Salazar (Presidente do Conselho de Ministros) e Cerejeira (Cardeal).

A Revolução de Abril de 1974, com o fim da guerra colonial e a conquista da liberdade, com as nacionalizações e a reforma agrária no Sul de Portugal, com o poder local democrático e uma nova política de educação, devolve a dignidade usurpada ao povo e à nação portuguesa, permite a participação dos trabalhadores, dos intelectuais e cientistas, do povo, na tarefa de reconstrução nacional, abre o caminho à inserção de Portugal no contexto das nações do mundo. Em 1986 tem lugar a adesão do país à União Europeia.

Nos alvares do século XXI (2001) encontramos uma situação radicalmente diferente no que respeita à importância política, económica e social dos principais sectores económicos e classes sociais e na sua capacidade para gerarem trabalho e riqueza.

O sector primário passa de primeiro para último lugar e sofre alterações radicais no seu seio: Os assalariados agrícolas, em número e como classe, vêem o seu peso drasticamente reduzido. Na década de 1991-2001, desaparecem cerca de um terço das explorações agrícolas de pequenos agricultores e esta tendência mantém-se ou poderá mesmo acentuar-se na década em curso. Os grandes proprietários, apesar de terem conseguido reaver a posse da terra, de serem detentores de significativo património urbano, de serem suportados pelos subsídios e ajudas comunitárias, de usufruírem de injustificáveis benesses tributárias (os irrisórios impostos sobre a propriedade fundiária e urbana; os altos rendimentos, praticamente sem tributação, obtidos com a exploração de recursos como a cortiça, etc.) perdem poder político e evidência social que são ganhos pelas classes trabalhadoras dos meios urba-

nos, pelas classes empresariais protagonistas das novas economias emergentes na região, e por segmentos de camadas sociais detentoras de conhecimento (Universidades e outras instituições).

Nos anos transcorridos desde a Revolução, o Alentejo evoluiu de uma região com uma economia e uma população activa predominantemente ligada à agricultura e, em 2001, a «população activa e empregada» exerce actividade, maioritariamente, nos sectores de comércio, serviços e industrial.

O que não significa que a região tenha já ultrapassado um certo estado de sub-desenvolvimento, caracterizado pelo despovoamento e envelhecimento da população, por uma economia débil, por altas taxas de desemprego, principalmente entre os jovens, e pela crescente precariedade no trabalho, sub-desenvolvimento marcado por manchas significativas de pobreza, sobretudo nos meios rurais, mas também nos meios urbanos.

ALTERAÇÕES RADICAIS NA POPULAÇÃO ACTIVA E EMPREGADA

Em 2001, das 216 802 pessoas «residentes, economicamente activas (sentido lato) e empregadas», o sector terciário ocupa mais de metade (61,0%), em segundo lugar aparece o sector secundário (26,1) e em último o sector primário (12,9%).

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA
(SENTIDO LATO) E EMPREGADA - 2001

	CAE 0		CAE 1-4		CAE 5-9		taxa de actividade	
	Nº	%	nº	%	nº	%	1991	2001
Alentejo	28.081	12,9	56.484	26,1	132.237	61,0	40,9	44,1
Alentejo Litoral	6.004	21,4	11.375	20,1	23.581	17,8	41,9	45,4
Alto Alentejo	5.402	19,2	12.444	22,0	31.455	23,8	39,0	42,2
Alentejo Central	9.104	32,4	21.128	37,4	45.491	34,4	43,8	46,4
Baixo Alentejo	7.571	27,0	11.537	20,4	31.710	24,0	38,8	42,5

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

5. A EMERGÊNCIA DAS CIDADES E DO URBANO

Criar uma rede interactiva de cidades do Alentejo

Com o declínio do sector económico agrário e a “fuga” das populações para os meios urbanos, crescem e assumem peso crescente e protagonismo as 15 cidades da região e as novas economias e cultura que aí despontam.

Contudo, o Alentejo continua a ser um imenso mundo natural, povoado de pequenos núcleos urbanos concentrados -aldeias, vilas e cidades- a distâncias significativas uns dos outros.

Dos 535 507 residentes no Alentejo (Censos de 2001), a maioria, 356 921 (66,65%) vivem em montes, aldeias e pequenas vilas, e apenas 178 586 (33,35%) vivem nas 15 cidades da região.

Cidades

Sob a classificação de *cidade* encontramos, na região como no país, realidades diferenciadas.

As cidades do Alentejo são de muito pequena e pequena dimensão. Das 15 cidades existentes na região apenas 5 têm mais de 10.000 habitantes e nenhuma atinge os 50.000.

Mesmo Évora, que é a maior cidade -Património da Humanidade e com Universidade- fica-se pelos 41.159 residentes.

À população residente de Évora há a acrescentar uma parte da população estudantil universitária que não sendo considerada residente vive na cidade uma parte considerável do ano (a Universidade de Évora tem cerca de 8.000 estudantes).

Cidades antigas e históricas, com alguma dimensão à escala da região, perdem população, como é o caso de **Elvas e Portalegre**.

Também a nova cidade de **Vila Nova de Santo André**, cuja fundação está ligada ao Complexo Industrial de Sines, perde população na década considerada.

Um problema grave nas cidades do Alentejo é a alta taxa de desemprego entre os jovens. Tal situação aconselha um debate sobre o assunto que permita equacionar direcções/políticas de combate ao desemprego/políticas de emprego, particularmente para os jovens.

A maioria das cidades do Alentejo são detentoras de um valioso e belo património arquitectónico. E de uma história preenchida por momentos de grande significado, como o são os períodos romano e muçulmano, cristão medieval, descobrimentos, renascentista, a luta pela formação e independência da Nação face a Castela, a instauração da República e a Revolução do 25 de Abril de 1974.

São cidades situadas na costa atlântica as de Sines, Alcácer-do-Sal, Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André. Todas as outras estão situadas no interior, na peneplanície que percorre a região até à Serra de S. Mamede, onde se situa Portalegre.

AS 15 CIDADES DO ALENTEJO (2005)

	POP. RESID.	TAXA CRESC.	IDADE MÉD.*	TAXA DESEMPR 2001 (%)	
	2001	1991-2001	2001	Total	Jovens
Sines	11 303	+ 12,22	38,8 anos	10,0	17,0
Vendas Novas	9 485	+ 11,03	42,5	6,0	13,5
Estremoz	7 682	+ 8,96	42,3	6,0	15,3
Montemor-o-Novo	8 298	+ 8,56	41,9	5,0	11,0
Serpa	5 201	+ 7,64	-	12,8	35,9
Beja	21 658	+ 6,57	39,2	8,5	26,0
Ponte de Sor	7 331	+ 4,95	40,1	6,0	14,0
Évora	41 159	+ 4,68	39,8	5,0	14,0
Alcácer do Sal	6 602	+ 4,61	41,6	8,0	15,5
Santiago do Cacém	5 240	+ 1,49	42,3	7,0	19,0
Moura	8 459	+ 1,49	40,1	11,3	28,5
Vila Nova de Santo André	8 745	- 4,24	-	11,0	19,5
Elvas	15 115	- 4,40	42,3	7,5	17,0
Portalegre	15 238	- 8,67	40,8	6,2	19,5
Reguengos de Monsaraz **	7 070	-	-	-	-
CIDADES	178 586				

Fonte: INE, Atlas das Cidades de Portugal, 2004

* Fonte: INE, Atlas das Cidades de Portugal, 2002

** Reguengos ainda não aparece no Atlas das Cidades de Portugal, 2004

O número da população considerado para a cidade é o correspondente à população residente da freguesia de Reguengos de Monsaraz (INE, Censos 2001).

Entre os Censos de 1991 e os de 2001 a população no concelho decresceu ligeiramente passando de 11 401 residentes para 11 382.

Tal evolução concelhia permite supor que a população na cidade terá crescido no decénio considerado.

CONCELHOS

(Fonte: Censos 2001 INE)

A Região Alentejo está organizada em 47 concelhos ou municípios. Na última década a população cresce em 7 concelhos e perde população nos outros 40:

Vendas Novas	+ 10,9%,
Sines	+ 10,0%,
Grândola	+ 8,2%,
Évora	+ 5,2%,
Ponte de Sôr	+ 1,9%,
Estremoz	+ 1,4%
Alvito	+ 1,4%.

Repare-se que são todos concelhos, à excepção de Alvito, onde a base económica se diversificou e evoluiu nos sectores da indústria, do turismo e dos serviços, concelhos onde não é dominante o peso da grande propriedade fundiária na economia.

Nos 14 concelhos onde se situam as 15 cidades há três situações distintas (Censos de 2001):

A primeira e mais promissora são os 5 casos em que crescem quer a cidade quer o concelho. Evolução nos concelhos: Vendas Novas, cresce de 10.476 para 11.619; Sines, de 12347 para 13.577; Évora, de 53754 para 56.519; Ponte de Sôr, de 17802 para 18.140; e Estremoz, de 15461 para 15.672 residentes.

Na segunda, registada em 7 concelhos, cresce a população da cidade, mas decresce no respectivo concelho. Evolução nos concelhos: Montemor-o-Novo, de 18.632 para 18.578 residentes; Beja, de 35.827 para 35.762; Alcácer do Sal, de 14.512 para 14.287; Moura, de 17.549 para 16.590; Santiago do Cacem de 31.475 para 31.105; Serpa, de 17 915 para 16 723; Reguengos de Monsaraz, de 11 401 para 11 382 residentes.

Uma terceira situação revela perda de população quer nas cidades quer nos respectivos concelhos. Evolução nos concelhos: Elvas, de 24.474 para 23.361; Portalegre, de 26.111 para 25.980 residentes. As cidades de Elvas e Portalegre, entre 1991-2001, perdem, respectivamente, 4,4% e 8,7% da população residente.

Dos 47 concelhos e 15 cidades do Alentejo, os únicos cinco onde a população cresce, quer nos concelhos quer nas respectivas cidades, são aqueles onde se desenvolve uma base económica com tendência para a diversificação na qual já não é determinante o peso económico da grande propriedade fundiária:

Vendas Novas, com a indústria automóvel (“fabrico de veículos automóveis, reboques e semi-reboques”), a indústria corticeira; a construção; o comércio; os serviços públicos.

Sines, com o Complexo Industrial (“fabricação de produtos químicos”); o Porto Intercontinental; a construção; o comércio; a pesca; o turismo.

Évora, com o comércio; o turismo (“alojamento e restauração”), a indústria (“equipamentos, aparelhos, rádio, televisões e comunicações”; “fabrico de máquinas e aparelhos eléctricos”, e outras indústrias); a emergência de um “cluster” da aeronáutica abrangendo Évora, Beja e Ponte de Sor; a construção; os serviços, com realce para um conjunto de serviços e instituições públicas, entre as quais a Universidade de Évora e o conjunto das Escolas, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), o Hospital.

Évora situa-se num dos concelhos da região que melhores indicadores apresenta, em termos de educação, taxa de analfabetismo e distribuição da população activa e empregada pelos três sectores económicos considerados.

Ponte de Sôr, com a indústria de transformação da cortiça, indústria agro-alimentar e indústria de componentes automóveis; sector da aeronáutica; a construção; o comércio; zonas de regadio;

Estremoz, com o comércio; a indústria extractiva e transformadora de mármore; hotelaria e restauração; construção; produção agro-alimentar (manchas de vinha, olival e hortícolas).

**ALGUNS INDICADORES SOBRE OS 14 CONCELHOS
NOS QUAIS SE SITUAM AS CIDADES**

	Educação	Analfabetismo	Actividade Económica		
			Prim.	Secund.	Terciário
		Taxa %	%		
Alcácer do Sal	Valores desfavoráveis**	20,3	24,0	25,0	51,0
Santiago do Cacém	Valores desfavoráveis	15,7	10,0	31,0	59,0
V. N. de Santo André*	-	-	-	-	-
Sines	Valores favoráveis***	11,5	7,0	30,0	63,0
Elvas	Valores favoráveis	13,6	10,0	20,0	70,0
Ponte de Sôr	Valores desfavoráveis	18,9	14,0	31,0	55,0
Portalegre	Valores favoráveis	12,7	6,0	24,0	70,0
Estremoz	Valores desfavoráveis	17,5	14,0	25,0	61,0
Évora	Valores favoráveis	9,6	5,0	23,0	72,0
Montemor-o-Novo	Valores desfavoráveis	17,5	17,0	25,0	58,0
Reguengos de Monsaraz	Valores desfav.	17,1	18,0	28,0	54,0
Vendas Novas	Valores desfav.	13,0	10,0	36,0	54,0
Beja	Valores favoráveis	12,9	8,0	15,0	77,0
Moura	Valores desfavoráveis	19,1	20,0	28,0	52,0
Serpa	Valores desfavoráveis	20,9	23,0	21,0	56,0

Fonte: INE, Municípios do Alentejo, 2001

*Vila Nova de Santo André situa-se no concelho de Santiago do Cacém. Há altura dos Censos de 20 não tinha ainda sido elevada a cidade

** Valores desfavoráveis: em relação à média da região

***Valores favoráveis: em relação à média da região

Nota: Alguns indicadores e a relação entre eles, devem ser entendidos na sua complexidade e aprofundadas as realidades concretas que traduzem.

O caso dos elevados indicadores sobre o sector terciário podem induzir a pensar em economias muito desenvolvidas. Contudo, traduzem, em geral, uma realidade de um tecido empresarial muito frágil composto por muito pequenas empresas, com baixos índices de produtividade e que agem em pequenos mercados locais. Tendem a ser realidades mais complexas cidades como Évora, Sines ou Vendas Novas.

A QUESTÃO DO AMBIENTE NAS CIDADES DA REGIÃO

Em apenas 10 anos disparou a utilização do automóvel, anda-se muito menos a pé e nos transportes públicos.

Passados dez anos de políticas e de apelos (dia sem carros, etc.), o resultado representa um sério revés: anda-se muito menos a pé, menos nos transportes públicos e muito mais de automóvel, no percurso “Casa-Trabalho”.

No decénio 1991-2001, em todas as cidades disparou a utilização do “automóvel ligeiro particular”. A utilização de “transportes colectivos e públicos» sofre um retrocesso, o mesmo se verificando com o ir “a pé” de casa para o trabalho.

Os resultados reclamam uma reflexão e, provavelmente, a necessidade de novas abordagens e o equacionar de soluções criativas que respondam a este comportamento dos cidadãos e à realidade que é e será, por muito tempo, o automóvel.

CRIAR UMA REDE INTERACTIVA DE CIDADES DO ALENTEJO

As cidades do Alentejo -no litoral, na planície, na serra- mostram apetência para crescer e são detentoras de um património cultural, arquitectónico e paisagístico, e de uma qualidade de vida, de grande valor.

Dados novos e muito positivos são o ensino superior (Universidade e Institutos Politécnicos), o uso crescente de novas tecnologias, a emergência

de novos sectores económicos, a formação de quadros naturais da região, a chegada às cidades do Alentejo de quadros técnicos e de trabalhadores oriundos de outras regiões do país e de outros países.

Contudo, de um ponto de vista económico e social e em alguns aspectos urbanísticos, as cidades revelam sérias fragilidades.

Identificámos 7 áreas estratégicas, inter-activas, e ao mesmo tempo problemáticas, às quais urge dar resposta:

- . Tornar a economia mais produtiva e competitiva.

Em algumas cidades, e concelhos onde se situam, a economia está ainda muito dependente de sectores económicos frágeis, de muito reduzida dimensão, com fraca incorporação de novas tecnologias e baixos níveis de formação, a agirem para pequenos mercados locais.

Noutros casos o peso do sector agrícola latifundista e de «capitalismo agrário», considerando a realidade que este sector significa (estagnação e dependência dos subsídios comunitários), é excessivo e reclama uma moderna política de reestruturação fundiária, particularmente nos perímetros de rega resultantes do investimento público, como é o caso dos 3 novos perímetros de rega de Alqueva, com mais de 110.000 hectares;

- . Reduzir a alta taxa de desemprego entre os jovens;
- . Qualificar trabalhadores e empresários;
- . Elevar os valores na Educação. Identificam-se valores abaixo da média regional em 9 dos 14 concelhos nos quais se situam as cidades; As taxas de analfabetismo situam-se acima de 15%, em 8 dos concelhos, e abaixo dos 10% apenas no concelho de Évora;
- . Identificar as causas e equacionar políticas para estancar a perda de população em três cidades: Elvas, Portalegre e Vila Nova de Santo André;
- . Requalificar centros históricos, perímetros urbanos e, em alguns casos, bairros inseridos, parcial ou totalmente, no perímetro urbano, como é o caso do Bairro da Malagueira, em Évora, projecto do arquitecto Siza Vieira, e a zona urbana mais conhecida a nível nacional e internacional, a seguir ao centro histórico da cidade;

- . Perceber melhor as razões do fracasso das políticas de transportes públicos, quer nas cidades da região, quer nas cidades do país, e equacionar novas abordagens e políticas inovadoras.

Para responder ao desafio de progresso das cidades, como a outros desafios, o Alentejo precisará de perspectivar, com inteligência e audácia, a organização das cidades em rede, conferindo-lhes maior capacidade atractiva, quer económica quer social e cultural. O que implica definições estratégicas – no plano regional e supra regional - consensos alargados e investimento direccionado e com critérios e objectivos bem definidos e devidamente monitorizados.

Este quadro evidencia o interesse na criação de uma instituição democrática supra-municipal, a Região Alentejo, com órgãos democraticamente eleitos, instituição capaz de agir e planificar à escala regional e em estreita cooperação quer com os poderes local e central, quer com as entidades privadas, cooperativas e sociais que interagem na sociedade alentejana, quer ainda com a Extremadura, a Andaluzia e outras regiões de Espanha.

6. SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA VIDA DA CIDADE E DO PAÍS

Com a Revolução de Abril, a reforma agrária e o poder local democrático, foi criada no Alentejo uma dinâmica de participação dos cidadãos na economia, como na vida das aldeias, vilas e cidades: participação através dos partidos políticos, do novo poder local democrático, das comissões de moradores, das cooperativas da reforma agrária, das associações sindicais e empresariais, da escola, das políticas e entidades culturais, da escola, de jornais, revistas e rádios. E, naturalmente, através da participação nas campanhas eleitorais e no acto de votar e eleger.

Parte desta riquíssima experiência, que tenderia a dar corpo a uma democracia participada, foi ficando pelo caminho. Hoje, para muitos cidadãos, a participação na vida da cidade e da comunidade resume-se ao acto de votar e, para muitos milhares, nem sequer esse direito e esse dever exercem.

Os partidos, sobretudo os que se alternam no poder (Partido Socialista: o Partido Socialista Português, embora mantendo a mesma designação transformou-e num Partido Liberal, e o Partido Social Democrata é, de facto, um partido popular neo-liberal), o poder central, as corpo-rações em que se

transformaram muitas associações, a corrupção e a permissividade que o capitalismo está a introduzir nas sociedades, com os exemplos mais degradantes e lesivos a virem de cima, do poder económico, financeiro e político, uma televisão idiota e que induz à idiotice e à boçalidade, são responsáveis por boa parte da apatia e descrença a que se chegou.

O Estado capitalista, que não é uma entidade que paire acima da sociedade, num pequeno céu, mas sobretudo um instrumento de poder para a defesa dos interesses e privilégios das classes que detém o poder, é usado por essas mesmas classes como uma faca de dois gumes para ferir e desorientar os cidadãos. Por um lado, utiliza-se o Estado, cujos órgãos estão preenchidos por pessoas de confiança de quem detém o poder económico, financeiro e político, para exercer pressão ideológica e legal e, quando isso não chega, exercer a repressão sobre os cidadãos para obrigá-los a aceitar uma repartição injusta do trabalho e da riqueza gerada pelo trabalho. Por outro, utilizam o Estado como bode expiatória para se desculpabilizarem pelas canalhices que fazem, para se auto-atribuírem a posse dos principais meios de produção e a detenção de privilégios (salários e reformas milionárias, isenções fiscais e outros) privilégios já classificados, por alguns, de obscenos.

Como explicar que uma cidade vote e eleja para presidente de uma Câmara Municipal, ou para presidente de um grupo de futebol, alguém a contas com a justiça por suspeitas de corrupção e abusos contínuos de poder?

Como explicar que um cidadão participe num encontro ou numa manifestação para protestar contra um partido, um governo ou um primeiro-ministro que, em sua opinião, lhe retirou importantes direitos, e uma semana depois ande a fazer campanha eleitoral e vá votar nesse partido, nesse governo ou nesse primeiro-ministro?

Como compreender que esse ou esses cidadãos que dizem que os políticos são todos iguais, que são todos uma cambada de gatunos, sejam, muitas vezes, os mais arrebatados na defesa daqueles que são efectivamente gatunos a contas com a justiça, alguns até já condenados?

Não deverá cada indivíduo, enquanto ser humano e cidadão, interrogar-se se está a fazer algum esforço para escapar à inacção política, social e participativa a que o querem reduzir? Para escapar às contradições em que é induzido?

Os valores da República e os valores da Revolução de Abril são no fundamental actuais - do ponto de vista da liberdade, da igualdade e da solidariedade - e poderão constituir valores de consenso para relançar um po-

deroso movimento social regenerativo e alternativo do sistema de democracia capitalista o qual, atingido o auge, parece começar a fragmentar-se em múltiplos e permanentes actos de anti-democracia, anti-éticos e anti-sociais, lesivos do interesse do cidadão, da sociedade e da dignidade humana.

7. ALENTEJO UMA TERRA DEMOCRÁTICA

Para quando a regionalização?

As eleições autárquicas de 2005 comprovaram que a grande maioria dos alentejanos vota nas forças democráticas e de esquerda. O PS/Partido Socialista (Liberal) a CDU/Coligação Democrática Unitária (comunistas, ecologistas e democratas sem partido), no seu conjunto, conquistaram 38 das 47 Câmaras Municipais da região; 2 vão para candidaturas independentes; 7 são conquistadas pelo PSD/Partido Social Democrata (neo-liberal).

Correlação de forças pouco se altera no Alentejo

Nestas eleições não se verificam grandes alterações na correlação de forças entre as diversas formações político-partidárias presentes na região. Mas poderão talvez indiciar alterações a médio prazo.

Partido Socialista|PS passou de 21 para 20 Câmaras Municipais:

Ganhou Estremoz e Alcácer do Sal à CDU e Ourique ao PSD; perdeu Barrancos e Vidigueira para CDU, Marvão para o PSD e Alvito para uma candidatura independente.

Coligação Democrática Unitária|CDU (Coligação que integra o Partido Comunista Português, o Partido Ecologista «Os Verdes» e Independentes) passou de 19 para 18 Câmaras Municipais:

Ganhou Barrancos e Vidigueira ao PS; perdeu Estremoz e Alcácer do Sal para o PS e o Redondo para uma candidatura independente.

Partido Social Democrata|PSD mantém 7 Câmaras Municipais:

Ganhou Marvão ao PS; perdeu Ourique para o PS.

Candidaturas Independentes, que surgem pela primeira vez em eleições autárquicas na região: **Venceram em duas Câmaras Municipais-Alvito e Redondo.**

Os resultados eleitorais poderão indiciar dinâmicas futuras com algumas surpresas

As eleições trouxeram poucas surpresas. Contudo poderão indiciar novas dinâmicas de inversão de perda de influência e de recuperação para a CDU e para o PSD.

Já o PS, embora sendo a força com o maior número de Câmaras Municipais na região (mais 3 do que a CDU), parece estar a ceder, quer para as forças à sua direita, quer para as forças à sua esquerda, perdendo dinâmica relativamente a 2001 (Ver Quadro 2)

Também no concelho de Évora, em apenas um mandato (2001-2005), embora continuando a ser a força mais votada, o PS perde a maioria absoluta na Câmara Municipal de Évora, empatando 3 a 3 com a CDU e perdendo um vereador para o PSD.

Quadro 2

Alentejo - evolução dos resultados eleitorais autárquicos

	1993 CM	1997 CM	2001 CM	2005 CM
CDU (PCP PEV)	28	27	19	18
PS	12	17	21	20
PSD	7	3	7	7
Independentes	-	-	-	2

De facto, em termos de dinâmica, o PS aparece como a força que poderá vir a ter maiores dificuldades no Alentejo, a médio prazo, perdendo para a direita e para a esquerda.

De 1993 para 1997 tinha ganho mais 5 Câmaras e de 1997 para 2001, mais 4. De 2001 para 2005 a dinâmica parece inverter-se e o PS aparece já a

perder 1 Câmara, a perder a maioria absoluta em Évora, e a perder terreno noutros concelhos nos quais se situam cidades como Beja, Moura, Montemor-o-Novo e Portalegre.

Poderá vir a ser a força em maiores dificuldades futuras se se mantiver a dinâmica de inversão de perda de influência da CDU (de 1997 para 2001 tinha perdido 8 Câmaras Municipais, de 2001 para 2005 perde apenas 1) e se o PSD aguentar ou reforçar a sua influência, como o fez em Évora e em Portalegre.

A incapacidade que o actual Governo (Dezembro de 2005), liderado por José Sócrates e apoiado por uma maioria absoluta do Partido Socialista na Assembleia da República, está a revelar, para resolver os problemas económicos, sociais e laborais, educativos e ambientais, e a divisão traduzida na apresentação de duas candidaturas saídas do Partido Socialista à Presidência da República, reforçam a tese de que este partido poderá ter pela frente dias menos brilhantes.

Para quando a regionalização?

Para fins eleitorais a região está organizada em 3 círculos eleitorais que correspondem aos distritos de Beja, Évora e Portalegre. Mas 4 concelhos, do Alentejo Litoral, estão ainda inseridos, para fins eleitorais, no distrito de Setúbal.

Para fins estatísticos (e também de desenvolvimento regional) é considerada a região Alentejo(Nut II), organizada em 4 su-regiões (Nut III): Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.

A divisão administrativa assenta em 47 municípios e 304 freguesias:

Alto Alentejo	15 municípios e 91 freguesias	(3 cidades)
Alentejo Central	14 municípios e 91 freguesias	(5 cidades)
Baixo Alentejo	13 municípios e 83 freguesias	(3 cidades)
Alentejo Litoral	5 municípios e 39 freguesias	(4 cidades)

(Fonte: INE, Censos 2001)

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974 e a nova Constituição, os órgãos dos municípios e das freguesias passam a ser eleitos pelas populações, de quatro em quatro anos, processo designado de Poder Local Democrático.

A Constituição acolhe, também, a criação das regiões administrativas. Contudo, as regiões administrativas continuam por instituir. No referendo sobre regionalização os alentejanos votaram pela criação da Região Alentejo. Esta vontade tem sido consensualmente reafirmada nos Congressos sobre o Alentejo. Para quando a Regionalização?

Regionalização que poderia introduzir uma nova dinâmica de desenvolvimento e uma nova dinâmica nas relações com Andaluzia e com a Extremadura.